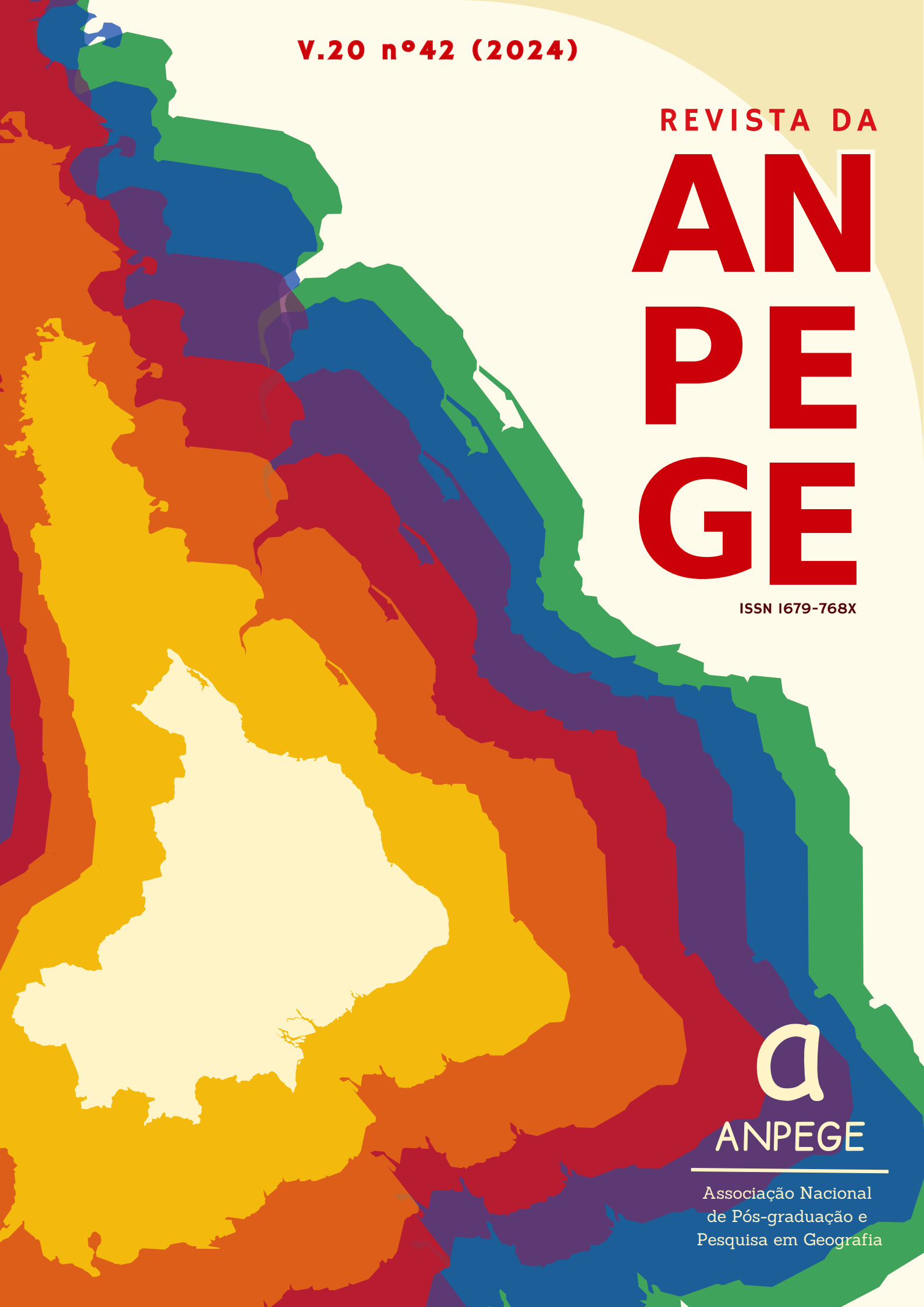
V.20 nº42 (2024)

REVISTA DA ANPEGE

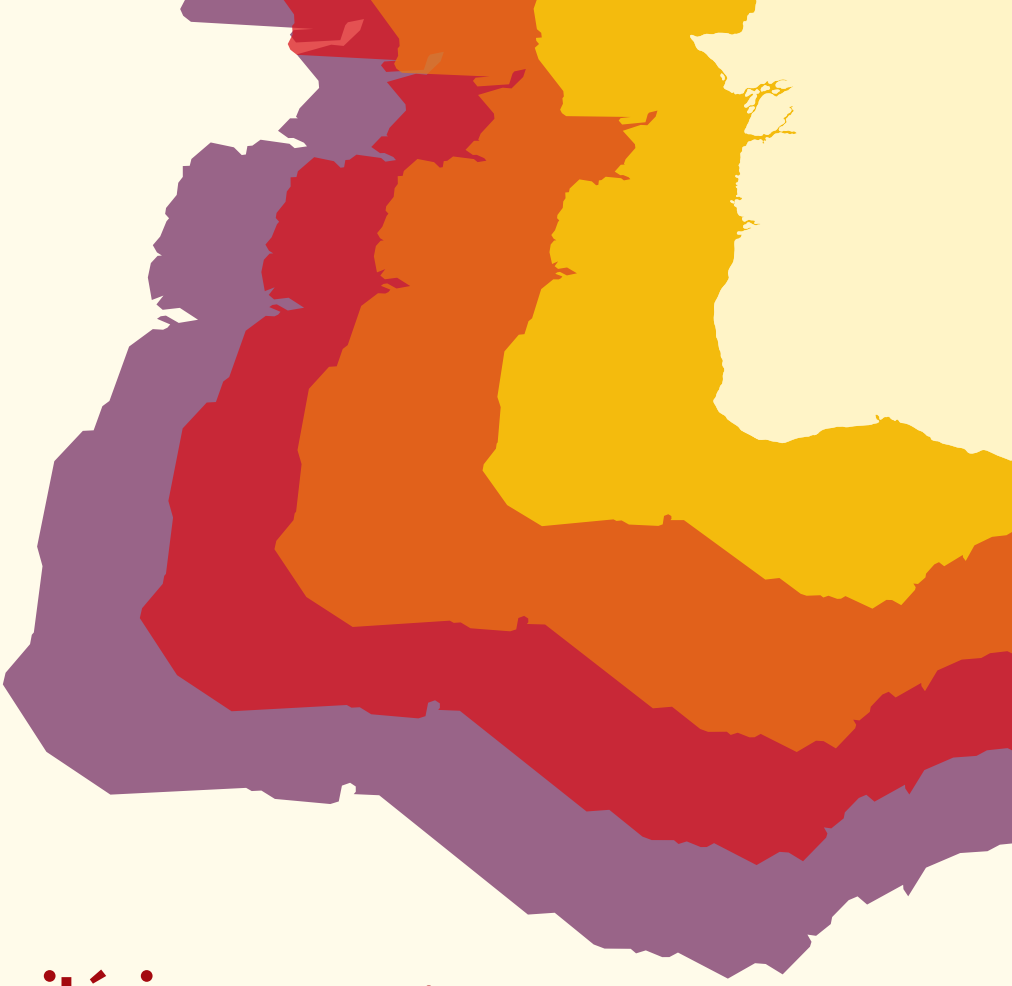
ISSN 1679-768X



a ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
ANPEGE



A geografia dos territórios negros: o uso da cartografia social como instrumento metodológico no mapeamento das territorialidades negras

The geography of black territories: the use of social cartography as a methodological instrument in mapping black territories

La geografía de los territorios negros: el uso de la cartografía social como instrumento metodológico en el mapeo de las territorialidades negras

DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.18331

SAMARA DO NASCIMENTO SOUZA
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

SÁVIO JOSÉ DIAS RODRIGUES
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

JÚLIA LETÍCIA PEREIRA FERREIRA
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

VITOR RAFFAEL OLIVEIRA DE CARVALHO
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

V.20 n°42 (2024)
e-issn : 1679-768X

RESUMO: Objetivamos analisar o uso da Cartografia Social no mapeamento de territórios negros a partir da percepção de jovens moradores do Quilombo Urbano Liberdade em São Luís – MA. Destacamos a Cartografia Social enquanto um procedimento metodológico pautado na participação efetiva dos grupos sociais elaborando representações espaciais de determinada realidade baseada nos modos de vida, identidades e territorialidades produzidas no território. Portanto, centramos a análise referente ao uso deste instrumento metodológico, tendo como recorte empírico o quilombo urbano Liberdade, situado na cidade de São Luís-MA. Partimos da compreensão deste território enquanto território negro, atravessado por determinações históricas, sociais e culturais que o configuram como tal. Os jovens são parcela significativa deste território, enquanto sujeitos produtores de territorialidades e espacialidades de resistências e existências ao compreendê-los enquanto corpos negros racializados, no contexto das transformações espaço-temporais de um território negro na cidade.

Palavras-chave: metodologia; território negro; quilombo urbano; cidade.

ABSTRACT: We aim to analyze the use of Social Cartography in mapping black territories based on the perception of young residents of Quilombo Urbano Liberdade in São Luís – MA. We highlight Social Cartography as a methodological procedure based on the effective participation of social groups, creating spatial representations of a given reality based on the ways of life, identities and territorialities produced in the territory. Therefore, we focused the analysis on the use of this methodological instrument, taking as an empirical focus the urban quilombo Liberdade, located in the city of São Luís-MA. We start from the understanding of this territory as a black territory, crossed by historical, social and cultural determinations that configure it as such. Young people are a significant portion of this territory, as subjects producing territorialities and spatialities of resistance and existence when understanding them as racialized black bodies, in the context of the space-time transformations of a black territory in the city.

Keywords: methodology; black territorialities; quilombo; city.

RESUMEN: Nuestro objetivo es analizar el uso de la Cartografía Social en el mapeo de territorios negros a partir de la percepción de jóvenes residentes del Quilombo Urbano Liberdade en São Luís – MA. Destacamos la Cartografía Social como un procedimiento metodológico basado en la participación efectiva de grupos

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

sociales, creando representaciones espaciales de una realidad determinada a partir de los modos de vida, identidades y territorialidades producidas en el territorio. Por lo tanto, centramos el análisis en el uso de este instrumento metodológico, tomando como enfoque empírico el quilombo urbano Liberdade, ubicado en la ciudad de São Luís-MA. Partimos de la comprensión de este territorio como territorio negro, atravesado por determinaciones históricas, sociales y culturales que lo configuran como tal. Los jóvenes son porción significativa de este territorio, como sujetos productores de territorialidades y espacialidades de resistencia y existencia al entenderlos como cuerpos negros racializados, en el contexto de las transformaciones espacio-temporales de un territorio negro en la ciudad.

Palabras clave: metodología; territorialidades negras; quilombo; ciudad.

Introdução

A necessidade de localizar, identificar fenômenos e elementos concebidos espacialmente tem sido tradicionalmente ’tarefa’ atribuída à ciência geográfica por meio da produção de mapas, sendo quase sinônimo e discurso dessa ciência, o “fazer mapas”. No entanto, é necessário estar atento para não reduzir o mapa a mera ilustração ou a imagem carregada de conteúdo, a fim de não perder o seu valor informativo e sua linguagem singular. A leitura do mapa pode ser vista enquanto forma de linguagem e comunicação expressando simultaneamente o nosso pensar geográfico, tanto o do cartógrafo (aquele que produz o mapa), aplicando técnicas, métodos e contribuições artísticas, quanto do leitor (aquele que é usuário, lê os mapas) (SEEMANN, 2003). Representando, portanto, diferentes ideias e leituras de ver e interpretar certos fenômenos, como também apreender e apresentar relações de poder, à medida que escolhem o que será dito pelo mapa.

Neste conjunto, envolvendo linguagem singular, forma de pensar, fenômeno, cartógrafo e usuário, refletimos sobre a prática da Cartografia Social. De um lado, temos os mapas ditos “convencionais” da cartografia, que ganham uma perspectiva “oficial”, feita por profissionais cartógrafos e/ou geógrafos, os quais aplicam técnicas específicas, sobretudo, com o rigor de escala, projeção, classificação dentre outros recursos (ALMEIDA, 2013). Sendo esta a cartografia comumente reconhecida e aceita pelo Estado e comunidade científica. Por outro lado, temos os mapas “não convencionais” como a Cartografia Social, a qual, diferencia-se pela elaboração de mapas de diferentes linguagens e conteúdos feitos por grupos sociais diversos inseridos em determinados contextos, sendo eles “os sujeitos cartografantes” da própria realidade espacial (ACSELRAD, 2009).

A Cartografia Social surge apoiada em metodologias de pesquisas participativas, tal como entrevistas abertas, observação participante, etnografia e outras, aplicáveis a práticas da pesquisa de

campo. Além de evidenciar a participação ativa dos agentes sociais da pesquisa e dos pesquisadores na representação dos mapas (ALMEIDA, 2013).

No contexto deste artigo, buscamos analisar o uso da Cartografia Social no mapeamento de territórios negros a partir da percepção de jovens moradores do quilombo urbano Liberdade, na cidade de São Luís - MA. O quilombo urbano Liberdade é formado por um conjunto de cinco bairros, localizados atualmente na área central da cidade. Inicialmente, sua formação ocorreu da ocupação de populações quilombolas e negras advindos da baixada e litoral ocidental do Estado do Maranhão, ocupando as margens do Rio Anil em São Luís. No ano de 2018, a comunidade recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP) de comunidade quilombola, sendo o primeiro quilombo urbano reconhecido no estado do Maranhão.

Compreendemos o quilombo urbano Liberdade enquanto um território negro e étnico a partir da presença da população negra e quilombola neste espaço, a qual tem construído em comunidade referências de identidade e pertencimento territorial de resistência. Podemos perceber as referências destas identidades ao considerar no território negro os traços de origem em comum de uma determinada população (ANJOS, 2007), neste caso, a população negra e quilombola. Os significados e sentidos atribuídos a este espaço estão relacionados às práticas que ali são desenvolvidas cotidianamente pela população, neste caso, temos as juventudes do quilombo urbano Liberdade como personagens centrais na produção do território, a partir das sociabilidades tecidas entre si e sendo tangenciadas pelos aspectos culturais, históricos e sobretudo raciais.

O uso da Cartografia Social adentra nesta reflexão no contexto de uma pesquisa de mestrado em Geografia.[1] Nesse sentido, são abordadas no presente artigo reflexões sobre a metodologia desenvolvida na pesquisa, neste caso, a Cartografia Social (CS). Para fins metodológicos, realizamos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica acerca de autores retratando a CS seja no campo da Geografia e de outras áreas do conhecimento, além de relatos de campo, trazendo a experiência do uso da CS na pesquisa.

A organização textual está dividida em quatro momentos, além da introdução e considerações finais. No primeiro momento, com o subtítulo “Metodologias participativas e inserção de “novos” temas na Geografia” refletimos sobre as mudanças ocorridas no campo epistemológico da ciência geográfica, no seu sentido metodológico, abrangendo novas metodologias de pesquisa, com foco na pesquisa participativa, tal como a CS. Assim como a inserção de novos temas atravessando o movimento de renovação da Geografia, envolvendo na dimensão espacial marcadores sociais da diferença por vezes invisibilizados como a questão étnica, racial, geracional e de gênero.

[1] A pesquisa de mestrado buscou analisar os elementos de produção da identidade territorial de jovens negros no quilombo urbano Liberdade em São Luís-MA.

No segundo momento, o item "A Cartografia Social como metodologia participativa na pesquisa geográfica" tratamos sobre a prática da CS e a relação com as territorialidades negras. Dialogamos com autores como Rafael Sanzio dos Anjos (2007, 2017), trazendo a partir de mapas temáticos representações de fluxos migratórios da diáspora africana e da territorialidade quilombola no Brasil. Além de outros (as) autores (as) como Daniele Machado Vieira (2017); Raquel Rolnik (2007); Renato Emerson do Santos (2017) e Alex Ratts (2006), ao refletirem sobre territórios e territorialidades negras nas cidades.

No terceiro momento, "A Geografia dos territórios negros: Reflexões a partir do quilombo urbano Liberdade" buscamos construir a partir de diferentes leituras a conceituação de "território negro", compreendendo enquanto uma categoria em construção. Para tanto, partimos do recorte espacial do quilombo urbano Liberdade em São Luís do Maranhão, contextualizando este espaço historicamente a partir dos processos que o compõe e as populações que ali vivem, compartilhando uma identidade negra e quilombola.

Por fim, na última seção, "As juventudes do quilombo urbano Liberdade e a experiência com a cartografia social" relatamos a experiência da CS no quilombo urbano Liberdade a partir da prática cartográfica com as juventudes do território. Elencamos as etapas da metodologia, os resultados obtidos e uma pequena reflexão sobre as possibilidades do uso da Cartografia Social nesta experiência de pesquisa.

Metodologias participativas e inserção de "novos" temas na Geografia

Ao retornar às questões metodológicas e de métodos no campo da ciência geográfica, percebemos diferentes momentos na epistemologia desta disciplina. Além de termos, inicialmente, uma Geografia descritiva apoiada em fenômenos da natureza ligados às dinâmicas físicas da superfície terrestre; temos por volta do século XIX com o aprofundamento das discussões filosóficas influências do método positivista nas pesquisas geográficas, sendo denominada de Geografia Tradicional "restringindo-se aos aspectos visíveis do real, enumeráveis, palpáveis. Como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, ao qual seria mero observador" (MORAES, 2007, p. 7).

Por muito tempo na Geografia Tradicional, também denominada como Geografia Clássica, predominou nas pesquisas o método positivista, cabendo a Geografia a aceitação de um método "único" de interpretação e conhecimento (MORAES, 2007; SUERTEGARAY, 2005). Passando por vários momentos, tais como a influência do avanço técnico e se relacionando com a estatística, com o que foi denominado de Geografia teorético-quantitativa, bem como outras, a ciência deu lugar a diversas influências e posicionamentos fazendo, inclusive, Ives Lacoste em "A Geografia isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra" chamar atenção para uma Geografia do Estado. O movimento de renovação da Geografia, o qual surge em resposta às lacunas apresentadas pela Geografia Tradicional e pela Teorético-quantitativa, eclode em meados dos anos 1960, em meio a diversas

efusões sociais e à necessidade de uma ciência que conseguisse dar conta do conjunto de transformações, sobretudo, ligados à globalização (SUERTEGARAY, 2005).

A Geografia Renovada destaca-se pela diversidade de métodos e caminhos possíveis na produção científica, apresentando "perspectivas de fundamentação fora do positivismo clássico, a fenomenologia, o estruturalismo, o neopositivismo, o marxismo, entre outras" (MORAES, 2007, p. 9), além de abranger diferentes concepções dos assuntos. Suertegaray (2005, p. 14) completa que:

> Estas mudanças podem ser mais bem visualizadas, a partir dos anos 90. Entretanto, é fundamental dizer que o movimento da Geografia, desde então, vem atrelado a um movimento mais amplo, um movimento que, desencadeado nos anos 60, promoveu uma discussão e crítica radical ao mundo e modo de viver. Este movimento, denominado desde os anos 70 do século XX de Pós-modernidade, implicou num processo de desconstrução de todas as verdades construídas até então, implicou numa reavaliação da ciência e uma crítica às chamadas meta-teorias.

Além das mudanças relativas à questão de método, houve, também, transformações nas técnicas para análise geográfica, como as metodologias no levantamento de campo (MORAES, 2007), o que consequentemente influencia na interpretação dos fenômenos, sendo incorporadas técnicas de sensoriamento remoto, usos computacionais, análises gráficas e o uso de entrevistas. No entanto, a Geografia Renovada acaba sendo dividida em dois conjuntos: Geografia Teorética Quantitativa e a Geografia Crítica.

Há de ressaltar que ambas as correntes do pensamento geográfico buscaram uma renovação metodológica.(MORAES, 2007). Por um lado, temos a Geografia Teorética Quantitativa, baseada em análises numéricas expressas em formas matemáticas, estatísticas acerca de determinados fenômenos estudados (MORAES, 2007). Por outro lado, temos a Geografia Crítica, emerge em meio a movimentos filosóficos e culturais de renovação científica onde os métodos da Geografia Teorética Quantitativa são criticados, uma vez que esta estava à serviço do Estado capitalista e como instrumento dominante da burguesia.(SUERTEGARAY, 2005; MORAES, 2007)

A Geografia Crítica surge, pois em resposta a essa corrente do pensamento geográfico, no sentido de dar visibilidade às transformações da realidade social e às populações inseridas na dinâmica social (MORAES, 2007), sobretudo, vinculado às questões de diferenciação de classe. Sendo possível, analisar, por exemplo, que os espaços não são homogêneos, mas apresentam singularidades que os diferenciam, como a desigualdade social e de classe. Sendo, portanto, "uma Geografia de denúncia de realidades espaciais injustas e contraditórias" (MORAES, 2007, p. 47). Seu aporte teórico metodológico baseia-se no Materialismo Histórico como teoria crítica ao capitalismo. (SUERTEGARAY, 2005)

Percebemos a partir do movimento de renovação da Geografia, sobretudo com a Geografia Crítica, a inserção de novos temas como as questões de raça, racismo, gênero, sexualidade, geracional,

movimentos sociais dentre outras, ganhando maior evidência de pesquisa na década de 90. Ainda que estas temáticas não adentrem como objeto da Geografia, o qual tem sido demasiadamente discutido ao longo dos anos, elas podem ser relacionadas aos fenômenos concretos presentes no espaço geográfico. (GONÇALVES,1978)

Partimos da compreensão que estes novos temas podem ser lidos como marcadores sociais da diferença. Segundo Laura Moutinho (2014), os principais marcadores sociais da diferença presentes nos estudos contemporâneos são: "gênero, sexualidade, raça (seguidos na articulação com classe, erotismo, geração, território, e muito mais recentemente a deficiência)" (MOUTINHO, 2014, p. 2015-2016), sobretudo, quando contextualizados com as dinâmicas da desigualdade no sistema capitalista. Por marcador social de diferença, compreende-se, portanto, a existência de pessoas numa certa sociedade, onde umas se diferenciam das outras por características específicas construídas pela coletividade, no âmago destas características podem ser geradas estruturas de subordinação e inferiorização entre os grupos sociais (MOUTINHO, 2014; MELO *et al*., 2020).

Assim, o debate racial se faz presente nesse cenário, implicando um tensionamento para a ciência geográfica. A "raça" tem sido colocada como critério de classificação e dominação social das populações. Os termos: índio, negro, amarelo, mestiços e brancos são colocados como novas identidades sociais e geoculturais, sobretudo, fundamentados pelo eurocentrismo e o capitalismo (QUIJANO, 2007). Para Quijano (2007, p. 43) a raça apresenta-se como:

> Uma maneira e um resultado da dominação colonial moderna, permeia todos os âmbitos do poder mundial capitalista. Em outros termos a colonialidade se constituiu na pedra fundacional do padrão de poder mundial capitalista, colonial/moderno e eurocentrado. (...) traçando as diferenças e distâncias específicas nas respectivas configurações de poder (QUIJANO, 2007, p. 43).

O racismo sem dúvida é uma das práticas visíveis ao longo do tempo e ainda presente atualmente, fruto destas desigualdades historicamente construídas e demarcadas espacialmente. Se aplicarmos o conceito de raça às categorias geográficas como território e espaço, podemos perceber que as relações raciais são grafadas no espaço e no território, e um dos marcadores desse processo é operado por meio do racismo. Santos (2007) elucida as grafias espaciais do racismo ao analisar as relações raciais e as posições que os grupos ocupam enquanto relações condicionadas à trajetórias sociais e espaciais, transversais a questões econômicas, sociais e de poder, nesse sentido:

> O racismo ao definir clivagens sociais hierarquiza indivíduos e grupos a partir de seus pertencimentos raciais, se expressará na constituição de "lugares" (no sentido social e espacial) onde a presença do desfavorecido será majoritária (lugares da pobreza, da despossessão, da subalternidade) e lugares onde a sua presença será minoritária (lugares da riqueza, do poder, do saber socialmente legitimado etc.): lugares com marcas dessa distinção social. (SANTOS, 2007, p. 30)

Não é nosso objetivo apresentar todas as pesquisas desses eixos que já foram e estão sendo produzidas no campo da Geografia, mas compreendemos a importância e a necessidade de inserir os marcadores sociais da diferença juntamente àquelas que são tidas tradicionalmente como categorias da

Geografia, tais como: território, lugar, espaço, paisagem, região e escala, apresentando-nos outras possibilidades de pensar e fazer as pesquisas geográficas, além de representar outros grupos sociais.

A temática racial por vezes tem sido vista como parte das "novas temáticas na Geografia", no entanto, este termo "novo" impõe a pensar que anteriormente não foi produzido nada a respeito deste assunto. Porém, quando retomamos aos escritos dos considerados "pais" da Geografia Moderna como Karl Ritter e Alexander Von Humboldt, esses autores já dissertavam em seus escritos questões referentes a racialidade, no entanto, com repertório etnocêntrico e propondo margens ao racismo (MARCELINO, 2018). Nesse sentido, Humboldt (1848) propõe que:

> Ao sustentar a unidade da espécie humana quero também rechaçar a desagradável **pretensão de que existem raças superiores e inferiores**. Certamente que as raças são modificáveis, e que **há umas mais adequadas que outras** por ter conseguido uma maior cultura mental, porém não há raças mais nobres do que outras. E acrescenta ainda: A história não reconhece povos originários ou um berço fundamental da civilização. (Humboldt 1848, p. 342 *apud* MARCELINO, 2018, p. 11).

Quando colocado por Humboldt (1848) que há "raças superiores e inferiores" com diferentes graus de adaptabilidade e desenvolvimento mental/intelectual, reproduz-se o pensamento naturalista do darwinismo social, o qual interpreta hierarquias sociais e entre diferentes sociedades a partir de certos marcadores sociais como a questão racial ou determinismos naturais.

Interpretações como estas apenas reafirmam o racismo presente na sociedade e até mesmo na forma como vemos e estabelecemos as relações sociais, as leituras de mundo e as epistemologias científicas hegemonicamente construídas. Novamente, são estudos apoiados no chamado rigor científico positivista e naturalista, principalmente, quando reproduz a ideia de raça como um fator biológico, este pensamento tem sido desconstruído quando compreendemos que a raça não é um fator biológico, mas sim uma construção social. (QUIJANO, 2007)

Corroboramos com Geny Guimarães (2020) ao questionar: até quando vamos chamar de "novos estudos na Geografia" sendo temáticas produzidas há 30, 50, anos atrás? A autora traz essa problematização ao citar as obras de Milton Santos, por exemplo, geógrafo, baiano e negro - esta última característica, por vezes, tem sido branqueada ou esquecida pela Geografia brasileira -. Cirqueira (2010) descreve a trajetória socioespacial de Milton Santos enquanto intelectual negro, destacando a vida acadêmica do autor por meio de artigos, livros, entrevistas, trechos de jornais e palestras produzidas por Milton Santos, fazendo esta vivência ser um marcador importante na obra do autor.

Ainda que seja destacado com maior evidência as teorias: dos circuitos econômicos, globalização, urbanização de países subdesenvolvidos, dentre outras. Milton Santos também problematizou a questão racial no Brasil, denunciando o racismo como as amarras dos brasileiros

negros, o que o autor chama de "cidadanias mutiladas" seja na educação, moradia, emprego, saúde. (SANTOS, 1996)[2]

Outros estudos têm sido produzidos no campo da Geografia do Gênero, inserindo na análise geográfica "múltiplas identidades, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer e heterossexual/hetero, bem como uma infinidade de outras práticas e experiências (BROWNE, BROWN, 1988, p. 2). Essas geografias sugerem que sexo, sexualidade e gênero constituem os lugares, espaços e territórios, sobretudo, quando contextualizados em sociedades com padrões heteronormativos[3].

Recentemente, temos, na Geografia brasileira, os estudos sobre as juventudes, com um recorte geracional analisando para além da faixa etária, as espacialidades e os contextos socioespaciais que as diferenciam. Para Cassab *et al*. (2016, p. 104): "os jovens vivenciam a juventude de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Por essa razão, é possível afirmar que não existe apenas um tipo de juventude, mas juventudes [...]". Portanto, podemos falar sobre juventudes do campo, da cidade, grupos juvenis e suas mediações culturais, raciais, educacionais de classe entre outros.[4]

As mudanças nas temáticas trouxeram a necessidade de rever o nosso modo de pensar e fazer a Geografia nas pesquisas, o que requer mudanças epistemológicas, de método e de metodologia as quais sejam possíveis de dialogar, fazendo assim uma ciência que faça sentido para o pesquisador e os "sujeitos" da pesquisa (GUIMARÃES, 2020). Desta forma, faremos uma Geografia com as pessoas, com a população e não somente para as pessoas e o estado como era a Geografia Clássica. (GONÇALVES, 1978)

A partir desta leitura, compreendemos que a produção do conhecimento científico não se faz de forma neutra, mas sim, a partir das inquietações geradas nos contextos que estamos inseridos (BRANDÃO, 1990). E como reafirma Borda (1990, p. 43-44):

---

[2] Na Geografia Brasileira, as pesquisas relacionadas a questão racial têm crescido nos últimos anos, sobretudo, com a implementação da lei 10.639/2003, a qual torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos componentes curriculares, sendo acrescentado a cultura indígena com a lei 11.645/2008. Segundo o estado da arte realizado por Oliveira (2019), tendo como recorte os anos de 2003 a 2018 as pesquisas acadêmicas (teses e dissertações) que retratam sobre a temática racial contabilizaram "166 pesquisas, a saber, 117 teses e 49 dissertações" (OLIVEIRA, 2019, p. 2). A concentração espacial destas pesquisas está nas regiões sul, sudeste e rarefeitas no nordeste do país, as linhas de pesquisa dos estudos estão voltadas para: territorialidades afro-brasileiras, África, educação e questões étnico raciais e epistemologias das questões étnico raciais. Evidentemente há um gama de possibilidades de temas possíveis ancorado na questão racial e dialogando com a ciência geográfica (MARCELINO, 2018). Por outro lado, a espacialização das pesquisas mostra a necessidade crescente de desenvolver mais pesquisas relacionados a este tema em outras regiões.

[3] Já as pesquisas sobre gênero e sexualidade na Geografia e em específico na Geografia brasileira, iniciam por volta de 1980 quando a temática- gênero-é inserida nas pesquisas, retratando principalmente a desigualdade entre homens e mulheres e as diferentes relações de poder que os circunscrevem.

[4] Acerca dos estudos sobre juventudes no campo da Geografia tem sido um subcampo mais recente, tendo aumento expressivo na produção de teses e dissertações entre os anos de 2016 a 2019 (OLIVEIRA, 2023). Segundo levantamento feito por Oliveira (2023) as universidades de destaque estão concentradas na região sul e centro o este do país, os temas nas pesquisas sobre juventudes diversificam entre os espaços da cidade, do campo e da escola.

> A ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas, portanto, é formada por uma pequena comunidade constituída de indivíduos chamados cientistas que, por serem humanos, estão, por isso mesmo, sujeitos a motivações, interesses, crenças e superstições, emoções e interpretações de seu desenvolvimento social, cultural e individual.

Nesse sentido, o produto de uma pesquisa como tese, dissertação, artigo, monografia e outros, parte de experiências concretas que em algum momento estiveram presentes na trajetória do pesquisador. Ou seja, empenhamos a construção da pesquisa científica a partir dos diferentes contextos que estamos inseridos, tanto na trajetória individual, coletiva e acadêmica, gerando inquietações e motivações.

Esta relação é bastante presente quando pensamos nos estudos relacionados a marcadores sociais da diferença, principalmente quando a temática é do interesse de determinados grupos sociais. Destacamos aqui a questão racial, perpassando pela **escrevivência**, conceito construído por Conceição Evaristo (2017, *apud* GUIMARÃES, 2020). Esta perspectiva busca inserir na construção teórico-metodológica da pesquisa a subjetividade do(a) escritor(a)/pesquisador(a) (GUIMARÃRES, 2020), ou seja, onde suas vivências encontram-se na constituição da pesquisa. Como defendido por Evaristo (2017), ao falar em seus escritos sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, "é uma escrita completamente comprometida com a vida, que podem ser da minha vida histórica particular, como ser da minha história coletiva. Sempre uma escrita marcada pela minha condição, pela vivência de mulher negra na sociedade brasileira" (EVARISTO, 2017, s/p *apud* GUIMARÃES, 2020, p. 297). Neste sentido, por vezes o(a) pesquisador(a) encontra-se sendo parte da sua pesquisa, buscando superar as oposições entre sujeito/objeto/pesquisador(a). (BRANDÃO, STRECK, 2006)

A partir destas reflexões é preciso pensar metodologias que dialoguem abertamente entre pesquisador e os "sujeitos" da pesquisa, onde somente o dado fechado e tabelado como na perspectiva Teorética Quantitativa não abarcam a complexidade social. Neste contexto, estão as metodologias participativas, tal como a pesquisa participante. A pesquisa participante, conforme destaca Brandão (1990, 1999), consiste numa metodologia que relaciona a participação ativa dos "sujeitos pesquisados" com o(a) pesquisador(a), de maneira que não despreze a cultura, o conhecimento, os projetos de luta e os saberes do outro (sujeitos da pesquisa) (BRANDÃO, 1999). Portanto, a pesquisa participante é um movimento contrário ao que por muito tempo aprendemos no espaço acadêmico, no qual "entre quem pesquisa e quem é pesquisado não existe senão uma proximidade policiada pelo método (o sujeito dissolvido em dado) e o objeto o (outro sujeito dissolvido em dado") (BRANDÃO, 1999, p. 7).

A potencialidade da pesquisa participante está na ruptura da estrutura acadêmica clássica, por "reduzir as diferenças entre objeto e sujeito de estudo" (BORDA, 1990, p. 60). Nesse sentido, compreende-se que a pesquisa participante possibilita a construção do conhecimento de maneira mútua. Portanto, não cabe na construção da pesquisa que tem como metodologia a pesquisa participante somente o olhar daquele que investiga, mas, também, as motivações, interesses e

necessidades do grupo social. A partir desse entendimento, que relaciona os sujeitos da pesquisa e pesquisador(a) e vice-versa, Brandão (1999) define que o trabalho científico ganha uma nova coerência "e permite a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a aplicação de questionários, a observação da vida e do trabalho." (BRANDÃO, 1999, p. 12).

Há ainda outras metodologias participativas como pesquisa-ação, observação participante, investigação-ação-participativa dentre outras. A Cartografia Social insere-se nesse contexto por contemplar a participação ativa dos sujeitos sociais na elaboração cartográfica de uma certa realidade espacial e social. Neste processo de construção da representação espacial por meio da cartografia, são considerados o saber geográfico e o conhecimento dos sujeitos participantes, imprimindo nos mapas juntamente com os facilitadores cartógrafos/geógrafos/pesquisadores as suas interpretações sobre certo fenômeno no espaço geográfico.

Nesta pesquisa, a Cartografia Social alinhada à pesquisa participante foi utilizada para contribuir com a comunidade local, no caso, o Quilombo urbano Liberdade, em São Luís-MA, refletindo sobre a identidade territorial de jovens negros(as) e as suas relações com o quilombo urbano Liberdade. Antes de elucidar sobre esta experiência, gostaríamos de refletir acerca da Cartografia Social enquanto metodologia participativa na pesquisa geográfica.

A Cartografia Social como metodologia participativa na pesquisa geográfica

Inicialmente, as práticas da Cartografia Social, ou como denominada por Acserald (2009), de "mapeamento participativo", estavam centradas na amplificação do Estado, enquanto agente espacial de domínio e controle sobre os territórios. Os principais atores proponentes eram Organizações Não Governamentais (ONG's), instituições governamentais e corporações internacionais, os quais tinham como objetivo incluir as populações locais aos modelos convencionais na produção de mapas, alinhando essa prática às pesquisas participativas e/ou etnográficas. Além de inserir nesse conjunto ao uso de tecnologias, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIG's).

A prática da CS ocorreu em vários países e com objetivos específicos a depender das suas singularidades[5]. No caso brasileiro, e em específico na região amazônica, houve experiências cartográficas participativas vinculadas a demarcação de territórios dando margem a "elementos para uma discussão sobre desenvolvimento local, oferecer subsídios e planos de manejo em unidades de conservação e promover e etnozoneamento em terras indígenas" (ACSELRAD, 2009, p. 9-10).

Podemos observar que por um lado esse processo trouxe para as comunidades o conhecimento "forma/ legal" sobre a delimitação e direitos sobre os territórios, e, por outro lado desencadeou o conhecimento das áreas para a implementação de projetos desenvolvimentistas, sucedendo a

[5] Ver em "Mapa, identidade e territórios".

exploração dos territórios[6]. Ocorrências como estas estão vinculadas às noções de poder na prática da cartografia, onde temos classificações previamente estabelecidas com rigor científico considerando as ferramentas tecnológicas utilizadas nos mapeamentos, tais como as técnicas de geoprocessamento e imagens de satélites. Como também, temos a reprodução de identidades, territórios e comunidades vistas e definidas a partir de um grupo "especialista" no assunto, colocando nos mapas formais informações de interesses próprios, deixando de lado os interesses dos sujeitos pertencentes aos territórios mapeados.

Numa tentativa de fazer um movimento contrário a este, quando visitamos as literaturas de Henri Acselrad (2009; 2013), Alfredo Wagner Berno de Almeida (2013), identificamos a CS enquanto um instrumento metodológico alinhado a outras metodologias de pesquisa, em que os sujeitos participam da elaboração do mapa, colocando suas demandas. Os autores propõem a CS enquanto instrumento de "empoderamento" para os grupos sociais, os quais "[...] buscam tomar para si esse controle ao tentarem preencher, com suas próprias noções de território e territorialidade, espaços que se encontram, em termos oficiais, vazios" (ACSERALD, VIEGAS, 2013 p. 35). Ou seja, as comunidades e grupos sociais constroem representações espaciais a partir de suas vivências, saberes, necessidades e compreensões das relações sociais construídas e inseridas nos territórios, sendo protagonistas na prática cartografante.

Almeida (2013), por sua vez, apresenta a CS como instrumento de diversas linguagens e funções, o autor a intitula enquanto "Nova Cartografia Social" ao trazer experiências em mapeamento social de comunidades tradicionais da Amazônia. Para o autor, a designação de "nova" assemelha-se a:

> "Nova descrição", que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como "tradicionais" e considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. Está-se chamando de consciência de suas fronteiras à confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, à unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. (ALMEIDA, 2013, p. 156).

De maneira específica, percebemos o espaço da CS admitindo a possibilidade de estar alinhada a outras metodologias de pesquisa, tal como entrevistas, observação, observação participante, narrativas entre outras; podendo ser aplicáveis a práticas de pesquisa de campo. Além de evidenciar a participação ativa dos agentes sociais estudados e dos (as) pesquisadores (as) na representação dos mapas (ALMEIDA, 2013). Quando o autor traz as experiências em mapeamentos participativos com comunidades tradicionais da Amazônia, estas experiências são colocadas como formas de atribuir aos povos e comunidades tradicionais maneiras de aplicar a CS enquanto instrumento de poder e

[6] Neste caso em específico é retomado ao identificar o crescente movimento de projetos desenvolvimentistas e de exploração na Amazônia.

conhecimento dos seus territórios. Podendo representar situações de cunho político, social, econômico e cultural, promovendo mobilizações comunitárias em prol dos grupos sociais, “Há mobilizações que estão voltadas para aprovação de leis, outras se empenham em lutas de “reconhecimento”, outras mais se mobilizam por seus territórios, enquanto outras ainda exigem medidas reparadoras (...) (ALMEIDA, 2013, p. 158).

Assim, as cartografias podem ser desenvolvidas dialogando com representações sociais de interesse das comunidades. Acselrad (2009, p. 34) acrescenta ainda: “os mapas ditos participativos poderão incluir dados da história, cultura, tecnologia e informar e redefinir ideias sobre o território e a sua relação entre os grupamentos humanos”. Mas afinal como desenvolvê-la em campo? Destacamos que há diferentes tipologias de CS. No entanto, não é nosso objetivo esgotar a apresentação destas práticas aqui, no intuito de alinhar ao objetivo do trabalho, apresentamos brevemente, com base em Silva e Verbicaro (2016), três formas de aplicação da Cartografia Social nas pesquisas geográficas, variando entre modelos mais convencionais e menos convencionais. Destacamos brevemente o croqui, o mapeamento com base cartográfica e o Sistema de Informação Georreferenciada (SIG).

O croqui consiste em um mapeamento cognitivo, elaborado a partir da percepção dos sujeitos, nele não é necessário um rigor cartográfico. Os participantes criam símbolos representando determinado espaço e/ou fenômenos, usam materiais como canetas coloridas, lápis de cor e similares. Ao final, é feito uma legenda dos símbolos para facilitar a leitura do mapa.

Outro tipo de mapeamento é com base cartográfica. Nesta modalidade, os (as) facilitadores (as) levam para a comunidade participante um mapa base contendo informações georreferenciadas, os sujeitos cartografantes se reúnem em volta do mapa e desenham símbolos, elementos que melhor se aproximam da realidade observada. Esta técnica possibilita aos participantes a visualização cartográfica do território, facilitando a localização de pontos e lugares; e tal como no croqui, nesta opção também é feita uma legenda no mapa.

E por fim, temos o mapeamento com o uso de SIG. Este é operacionalizado a partir de uso de *softwares*, ou seja, ferramentas que necessitam de uma certa familiarização com a informática. Nesta opção, a precisão cartográfica é acentuada, bem como as possibilidades de mesclar dados quantitativos e qualitativos. Alguns *softwares* são utilizados como o Arcgis e o Qgis. Para esta modalidade, é necessário ter acesso a computadores, imagens de satélite, além da habilidades a serem empregadas no uso do *software.*

Outras formas de elaborar cartografias participativas são apresentadas por Jorn Seemann (2003), quando o autor fala da “Cartografia da Realidade”, a qual tem como objetivo “adaptar o mapa não à realidade física, mas à realidade percebida" (SEEMANN, 2003, p. 53). O autor propõe a produção de mapas a partir dos sentidos sensoriais, como olfato, por exemplo, nos quais cheiros e odores de uma praça foram elementos centrais para a produção de um croqui, simbolizando essas

informações[7]. Outros exemplos, ainda como os mapas mentais representando desenhos, símbolos, frases e ainda a cartografia tátil, elaborada para pessoas com deficiência visual na perspectiva da educação inclusiva.

A Geografia dos territórios negros: Reflexões a partir do quilombo urbano Liberdade

A leitura dos fenômenos no espaço geográfico pode ser representada de várias maneiras, dentre elas a Cartografia Social participativa. De certa forma, podemos entender que as práticas de mapeamento participativos não são construídas com o rigor científico ancorado no positivismo (ALMEIDA, 2013), abrangendo localização exata, escala, técnicas computacionais e outros. Mas o uso da tecnologia não anula a sua importância na prática do mapeamento, sendo vista enquanto uma ferramenta a ser apropriada pelas comunidades.

Portanto, não buscamos deslegitimar a cartografia dita convencional e posicionar a Cartografia Social como um instrumento metodológico ideal para todos os campos da pesquisa geográfica, mas sim, compreender que há diversas possibilidades no fazer metodológico da pesquisa envolvendo a prática do mapeamento.

Podemos trazer exemplos das cartografias desenvolvidas pelo geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos, buscando realizar por meio de documentos históricos, relatos em entrevistas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a representação cartográfica da diáspora africana, envolvendo relações entre continente africano e o Brasil. Compreendendo por meio dos mapas o movimento migratório de populações africanas em meio ao contexto do escravismo nas américas, a partir das referências territoriais de origem em África (ANJOS, 2011). Assim como a elaboração de dados identificando os territórios e comunidades quilombolas em termos quantitativos e de espacialização no território brasileiro, o que contribui positivamente para a reivindicação dos direitos territoriais das populações quilombolas, no que diz respeito ao reconhecimento e regularização dos territórios tradicionalmente ocupados.

Outras contribuições, como da geógrafa Daniele Machado Vieira (2017), ao construir uma cartografia da memória acerca dos espaços ocupados por populações negras na cidade de Porto Alegre, ao recorrer a documentos históricos, narrativas, jornais entre outras fontes; possibilitando revisitar diferentes momentos da formação da cidade e os limites entre os territórios negros.

No contexto dessa pesquisa, recorremos à prática da Cartografia Social no intuito de compreender a formação da identidade territorial de jovens negros e as suas relações com o quilombo urbano Liberdade. A partir das reflexões feitas até o momento acerca da cartografia social, é possível perceber algumas conceituações que estão intimamente ligadas a esta metodologia participativa, dentre elas estão o território e a identidade. Uma vez que os grupos sociais passam a mapear-se atribuindo aos

[7] Ver em “Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade”.

mapas, simbologias, significados e sentidos referentes ao cotidiano, seus modos de vida e suas próprias interpretações sobre o espaço.

O território, uma categoria em disputa na Geografia, tem sido amplamente discutido e presente nos estudos geográficos, apresentando diferentes formas de interpretação, seja nas suas dimensões política, econômica, naturalista e cultural-simbólica do território (HAESBAERT, 2011,1997). Sendo esta última "a identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem sendo também, portanto, uma forma de apropriação" (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Podemos considerar, portanto, os sujeitos que produzem o território estabelecendo relações de identidade e pertencimento territorial. Compreendendo que o território é constituído por processos históricos e relações sociais de interação entre *homem* (sujeito) e o meio (SAQUET 2014, 2007, 2015). Nesse sentido, o território está para além das relações de poder, difundidas na identidade simbólica e cultural de determinados grupos, sendo expressas e materializadas a partir da territorialidade humana, ou seja, do fazer cotidiano. A territorialidade que "corresponde ao espaço vivido e às relações sociais de alteridade e exterioridade cotidianas" (SAQUET, 2015, p. 32).

O autor assimila que a construção da territorialidade humana é estabelecida a partir da dinâmica espacial em determinados grupos, esta dinâmica encontra-se em constante movimento passível de transformações constantes, recebendo influências externas e internas. Para Saquet (2015), são elementos indissociáveis na produção do território e da territorialidade: sociedade-espaço-tempo-natureza-território, por compreender que:

> [...] as territorialidades mudam em cada relação espaço-tempo, alteram-se também o território, contendo aspectos do passado, comuns e diferentes em relação a outros territórios, ou seja, o território subjetiva-se por meio de desigualdades, diferenças, identidades, mudanças e permanências" (SAQUET, 2015, p. 40).

Desse modo, o território apresenta-se na perspectiva objetiva (material) e subjetiva na dimensão simbólica da identidade, sendo atravessado por mudanças e processos constituídos historicamente e espacialmente em diferentes grupos. Alinhado a esse mesmo horizonte, ao considerar o território, identidade territorial e territorialidade, e se tratando de grupos específicos como as comunidades quilombolas, enquanto grupos culturais diferenciados, é necessário considerar o fator étnico e racial que os diferencia dos demais grupos sociais, sobretudo, no contexto histórico do Brasil. Os territórios das comunidades quilombolas podem ser lidos como território étnico "o espaço materializado, construído a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente a sua população tem um traço de origem comum" (ANJOS, 2007, p. 116).

No Brasil, historicamente, as comunidades quilombolas destacam-se por representar uma sociedade alternativa de resistência ao escravismo formando comunidades livres. Em meio ao escravismo mercantil colonial, foram formados no espaço rural agrupamentos, chamados de

mocambos, quilombos e/ou terras de preto compostos majoritariamente por escravizados(as) africanos(as) e, até mesmo, com a presença rarefeita de escravizados(as) indígenas, evidenciando as misturas étnicas nesses espaços. (GOMES, 2015)

A organização interna dos grupos se dava nas instâncias política, econômica e religiosa (GOMES, 2015). A depender quantitativo de pessoas, se fossem grupos pequenos eram munidos de armas de fogo, flechas e arcos, o que garantia maior flexibilidade no enfrentamento contra a estrutura militar formal, alcançando assim outros territórios. Quando grupos maiores estabeleciam moradias fixas e em situações favoráveis como a fertilidade do solo, clima e relevo, os grupos chegavam a cultivar milho, feijão, cana de açúcar, banana, batata doce entre outros alimentos para subsistência e a rotatividade da economia com trocas comerciais como escambo com outros grupos "bandoleiros e guerrilheiros que infestavam as estradas" (MOURA, 1986, p. 18). Outros aspectos estão relacionados com o trato da medicina, mineração "dialetos, culinária, a relação comunitária com o uso da terra, entre outras formas de expressão cultural e tecnológica" (ANJOS, 2007, p. 117). As quais foram estabelecidas por estes grupos a partir dos seus referencias que trouxeram de África.

Estas dinâmicas citadas acima elucidam o conhecimento e domínio do território construído pelas comunidades quilombolas. As territorialidades foram tecidas como forma de resistência ao sistema escravista, alcançando outros espaços e novas territorialidades como nas cidades. Isto ocorreu em função das rebeliões e insurreições organizadas pelas comunidades quilombolas em prol da abolição escravagista, a qual foi concretizada gradativamente.

A cidade, a rua, a praça, o comércio passaram a ser também território dos *remanescentes* de quilombos (ROLNIK, 2007). E nesse contexto, o pós-abolição intensificou a marginalização da população negra neste país, o fazer da vida cotidiana dos sujeitos negros se configurava com o modo de vida urbano na cidade, por meio das relações trabalhistas. Por não terem condições para compra da terra, estas populações passam a estabelecer moradia nas adjacências das cidades (CAMPOS, 2005), o que seria a franja urbana, na transição entre o campo e a cidade

Uma das principais motivações era a procura de trabalhos urbanos "procuravam habitar próximo aos locais onde eram oferecidos trabalhos diversos, principalmente para aqueles que não tinham qualificação profissional" (CAMPOS, 2005, p. 21). Esses territórios formados por negros(as) recém libertos(as), alforriados(as) ou não, abrigavam também outros grupos sociais marginalizados, sendo definidos enquanto quilombos urbanos, ou na tipologia definida por Freitas (1982) como quilombos de serviço nas periferias das cidades "dos maiores centros urbanos coloniais e pós-coloniais [...]".

A continuidade desses espaços resultou na formação de bairros negros nas capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís (GARCIA, 2009). Nesse contexto, novas territorialidades negras e quilombolas são configuradas nas cidades, onde o "quilombo traz não mais o

território geográfico, mas o território a nível da simbologia (NASCIMENTO, 1989, *apud* RATTS, 2006). Esta simbologia, defendida por Beatriz Nascimento (1989), implica nas mudanças conceituais acerca dos quilombos, as quais a ideia de espaços de fuga no campo brasileiro acaba não sendo suficiente, uma vez que, esta população passa a resistir e formar outros territórios como nas favelas, bairros periféricos, guetos etc. Compreendendo, portanto, que a noção de quilombo urbano é ressignificada no "território/favela como espaço de continuidade de uma experiencia histórica que sobrepõe a escravidão e marginalização social, segregação e resistência dos negros no Brasil" (RATTS, 2006, p. 11).

Portanto, robustece ao conceito de quilombo urbano os processos de luta e resistência construídos historicamente nesses territórios, seja em bairros gentrificados e excluídos social e espacialmente na cidade. No contexto do quilombo urbano Liberdade, a resistência inicia com a chegada e ocupação da população negra quilombola oriunda da baixada litoral ocidental maranhense[8]. O resultado da ocupação se deu em função de diversos processos, dentre elas o predominante é a migração forçada de comunidades quilombolas negras e rurais, intensificada com a lei de terras Sarney (Lei n° 2.979/1969). Esta lei garantiu aos latifundiários a expansão das terras, alegando a existência de terras devolutas, eximindo a presença das comunidades tradicionais, como os quilombolas.

Nesse processo, os quilombolas saem de suas terras e sem muitas alternativas para moradia migram para as bordas da cidade, como em São Luís, à procura de emprego e moradia. As residências no formato de casas de palafitas foram construídas próximas de onde havia as fábricas de tecidos, fábricas oleaginosas e o matadouro municipal, locais de trabalho da população que ali estava territorializando.

Atualmente, o território do Quilombo Liberdade é formado por cinco bairros, dentre eles: Fé em Deus, Liberdade, Camboa, Sítio do Meio e Diamante, sendo reconhecido e certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2018 como território quilombola.

Ainda há nos bairros do território a presença de algumas palafitas, mas muitas foram substituídas por projetos habitacionais como PROMORAR e PAC Rio Anil. Para além dessas, há a formação densa de domicílios, caracterizando favelas neste território.

[8] Com base nas entrevistas realizadas, leituras e pesquisas documentais há diversas narrativas sobre a origem e formação do território Liberdade. Tradicionalmente a versão predominante parte da implementação do matadouro municipal em 1918, no entanto, houve três momentos que impulsionaram a expansão do território e o número populacional. O primeiro com base em Silva (2016) ocorreu em 1876, contexto que os jornais como Diário do Maranhão noticiavam a presença de algumas manchas de ocupação na área da Camboa, assim como os passeios náuticos que eram realizados na margem do rio Anil e Bacanga. Já em 1890 houve a implementação das fábricas oleaginosas e fábricas de tecidos o que gerou o aproveitamento da mão de obra recém egressa do trabalho escravo. Em 1918 ocorreu a implantação do matadouro, localizado estrategicamente nas margens do rio para escoação de mercadorias e abate e limpeza de animais. E em 1982 temos uma migração das comunidades quilombolas do município de Alcântara-MA para as cidades do Estado, como São Luís. A principal motivação partiu da implementação da Base Aeroespacial no território de Alcântara, representando grande ameaça para as comunidades quilombolas (ALMEIDA, 2006).

Esses territórios, tal como o quilombo urbano Liberdade, passam a ser lidos como território negro, não apenas por terem em sua formação a presença da população negra apropriando-se do espaço (RATTS,2006) e construindo uma obra coletiva de resistência (ROLNIK, 2007). Mas também pelas tradições, a identidade coletiva compartilhada, a história de exclusão social do negro na sociedade brasileira e as práticas cotidianas vivenciada por este grupo social, seja na esfera do trabalho, lazer, na cultura no fazer diário, transfigurando-se como resistência nesses espaços. Assim o que estamos concebendo como território negro:

> São espaços simbólicos repletos de sentido e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória, a um modo de ser e estar negro [...] as práticas ali desenvolvidas o que promove a construção do sentido de identificação, pertencimento e criação de vínculos com o espaço (VIEIRA, 2017, p. 42).

A leitura feita sobre o território Liberdade como um território negro se baseia, portanto, nos processos de resistência construídos, assim como sua identidade étnica e racial predominante na formação dos bairros com a presença das populações negras quilombolas migrantes que se deslocaram para aquele espaço, reproduzindo suas práticas.

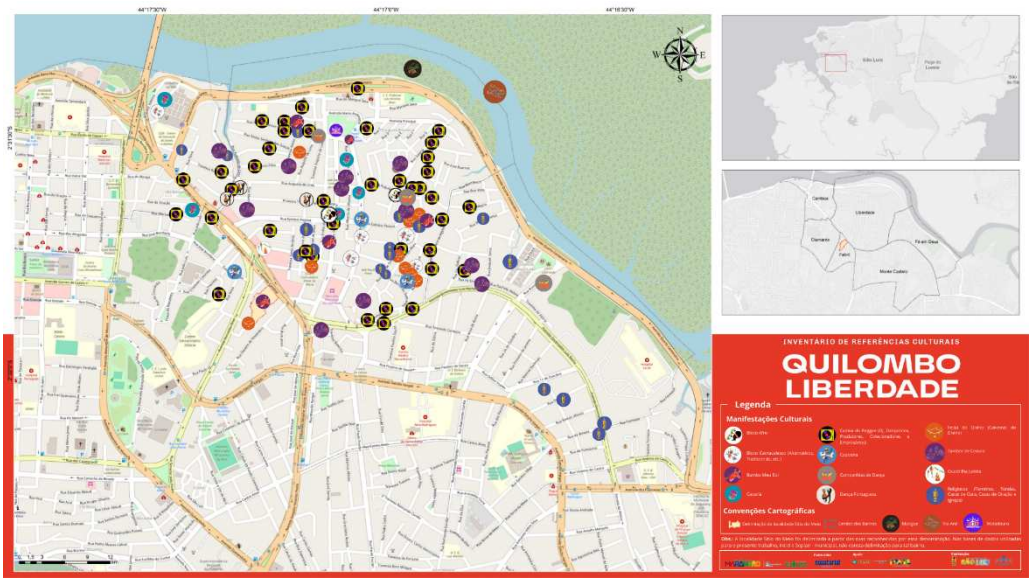
No imaginário social brasileiro o pensamento do que venha a ser quilombo foi construído de forma pejorativa como espaço de fuga e lugar da prática do profano como as religiões de matriz africana vistas sempre como algo demoníaco. No entanto, podemos entender a partir do quilombo urbano Liberdade que esta designação "espaço de negros fugido" oculta para além da resistência construída nesses espaços outras formas de (re) existência como a permanência de uma cultura e um território negro e quilombola.

No quilombo urbano Liberdade as práticas predominantemente produzidas por populações negras amalgamaram-se com as práticas culturais típicas do estado Maranhão, tal como os grupos de: bumba meu boi, cacuriá, grupos carnavalescos, tambor de crioula, capoeira, terreiro de mina, reggae, quadrilha junina, blocos tradicionais, umbanda, festejo do Divino espírito santo, companhias de dança, caxeiras entre outros…as práticas vivenciadas no território têm construindo territorialidades, as quais, ao longo do tempo têm sido forjadas coletivamente e atravessadas por diversos fatores como a questão racial, fator étnico e o fator geracional a partir das juventudes presentes no território. Ademais, temos também as influências culturais urbanas como hip-hop, grafite, *slam* chegando a representar o território em festivais locais e nacionais, além do teor socioeducativo cultivado nesses espaços.

Com base no Inventário das Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade realizado pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), foram contabilizados aproximadamente 208 manifestações culturais presentes no território, sendo divididas em: tambor de crioula, terreiro de mina, reggae, bumba meu boi, festejo do Divino, bloco tradicional, companhia de dança, terreiro, cacuriá, dança portuguesa e outros que não foram incorporados neste levantamento como os grupos de

Hip-Hop. O mapa a seguir ilustra a espacialização das manifestações culturais, subdividas em cada segmento:

Figura 1: Mapa das Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade.



Fonte: Inventário das Referências Culturais do Quilombo Urbano Liberdade (IRC- FUMPH, 2024)[9].

Das manifestações culturais contabilizadas no quilombo atualmente e a partir das vivências feitas em campo, podemos afirmar o quanto as práticas culturais movimentam o território no sentido de unir a comunidade por meio dos grupos de ensaio, apresentações e reuniões. Reúnem-se cotidianamente jovens, crianças, adolescentes, adultos e pessoas mais antigas do território, compondo importante formação no lazer da comunidade e na continuidade das tradições fortalecendo a identidade territorial. Além dos diferentes usos atribuídos aos espaços culturais para interação com outras vertentes como educação e política, um dos exemplos são as batalhas de Hip-Hop, *Slam* e as ações sociais desenvolvidas pelos terreiros da comunidade.

As batalhas de Hip-Hop e *Slam* ocorrem esporadicamente no território, reunindo vários *rappers* (iniciantes ou avançados) e todos são convidados. Os organizadores são compostos pelo primeiro grupo de Hip-Hop do Quilombo Urbano Liberdade (formado em meados de 1970), os quais continuam mobilizando os jovens por meio da música, expressando a denúncia à violência polícia, ao racismo, ao capital e as demais mazelas sociais, fazendo assim concretizar o Hip-Hop enquanto movimento político e cultural. (SANTOS, 2015). Os terreiros também aparecem como importante espaço para além da religião, neles podemos destacar ações sociais de assistência para a comunidade. O episódio mais recente ocorreu em 2020 no período pandêmico quando algumas entidades religiosas

[9] https://ircquilomboliberdade.org/mapas/

se mobilizaram para fazer a distribuição de cestas básicas, máscaras e álcool gel para moradores do território.

As juventudes do quilombo urbano Liberdade e a experiência com a Cartografia Social

A partir da artografia Social alinhada à pesquisa participante realizada no quilombo Liberdade, com a população compreendida por pessoas entre 15 e 29 anos, que fazem parte da quarta e quinta geração desde a formação dos bairros. Apesar da vivência em comunidade e das relações estabelecidas coletivamente construindo pertencimento ao território, as juventudes participam e promovem eventos culturais e outros grupos com caráter socioeducativo como o coletivo "Viva quilombo"[10], apresentando especificidades que os diferenciam, ou seja, há jovens negros, brancos, pardos, quilombolas, praticantes das religiões de matriz africana, praticantes da religião cristã, brincantes do Bumba meu Boi, Tambor de Crioula, Reggae, Hip-Hop e outros.

Nesse conjunto, ao que consideramos como juventudes no plural, para não ignorar a diversidade que lhes é inerente (ABROMO, 2008), cada jovem em sua singularidade compõe um conjunto maior da produção de uma identidade coletiva no território quilombo urbano Liberdade. Assim como das territorialidades estabelecidas na vivência cotidiana, seja no lazer, no trabalho, na formação educacional e nas práticas culturais, ou seja, práticas que são produzidas no território.

A Cartografia Social neste trabalho foi utilizada para compreender a formação da identidade territorial de jovens e as suas relações com o quilombo urbano Liberdade por meio das territorialidades produzidas pelas juventudes. Nesse sentido, articulamos inicialmente com o coletivo Viva Quilombo, projeto que atende crianças, jovens e adolescentes da comunidade promovendo atividades socioeducativas. No primeiro contato com o grupo fomos convidados a realizar uma palestra sobre "Educação antirracista", a partir desse primeiro encontro realizamos e participamos de outros momentos, assim como no planejamento das atividades mensais do coletivo.

O contato com as juventudes nos fez refletir sobre como se dá a articulação da identidade territorial, no sentido do pertencimento ao território e ao grupo social e as relações estabelecidas no território Liberdade, tendo em vista que a titulação recente de "quilombo urbano" trouxe algumas inquietações em parte dos moradores, fazendo questionar, sobretudo, para o conjunto juvenil: O que é ser jovem nesse território diverso? Atravessado por marcadores como a questão racial, por serem

[10] O coletivo "Viva Quilombo" é um dos parceiros na construção desta pesquisa. O projeto em si foi fundado em 2021, tendo como idealizadoras as assistentes sociais Eliane Sá e Meyriele Cantanhede, ambas moradoras do território da Liberdade. A proposta do coletivo é atender jovens, mulheres e crianças em vulnerabilidade social. Promovendo atividades lúdicas e educativas alusivas à identidade étnico e racial. Atualmente as atividades desenvolvidas pelo projeto tem como público significativo os jovens e adolescentes do bairro Liberdade e Camboa, representando 50 jovens participantes ativos. Os encontros acontecem quinzenalmente aos sábados pela manhã na Associação dos Remanescentes Quilombolas e conta com a colaboração de voluntários de diversas áreas do conhecimento exibindo palestras, rodas de conversa, visitas guiadas, minicursos, entre outros.

maioria população negra e a questão étnica como população quilombola. Quais os elementos que compõem e produzem a identidade território das juventudes? Quais as relações estabelecidas nos espaços e com a comunidade da Liberdade?

Das primeiras impressões apresentadas pelos jovens, ao terem o contato com a cartografia, houve um "estranhamento", visto que foi apresentado um mapa com os limites territoriais no quilombo urbano. A pergunta que de imediato veio à tona foi "onde estamos nesse mapa¿", sobretudo, no sentido de localização. Procuramos elementos predominantes como as ruas, casas, equipamentos urbanos que serviram como ponto de referência para nos localizarmos naquele momento.

A dimensão escalar dos limites territoriais do quilombo Liberdade pôde ser representada por meio do mapa, mas a pergunta inicial continuava ecoando "onde estamos nesse mapa¿". A partir desse questionamento fora apresentada outras formas de encontrar-se naquela cartografia, dita convencional (ALMEDIA, 2008). Partimos do diálogo com os participantes questionando informalmente sobre os usos, práticas, costumes e tradições que eles imprimem no quilombo urbano.

Nesse processo, e a partir destas perguntas geradoras em que se tece a inclusão com o coletivo e as juventudes do bairro optamos pela Cartografia Social como prática metodológica que privilegia a participação social das juventudes na elaboração de cartografias que melhor representassem a territorialidade e os usos do território pela juventude.

As etapas da Cartografia Social foram divididas em três momentos. No primeiro momento, uma introdução da temática Cartografia Social, na qual foi apresentado aos jovens seus sentidos, tipologias e significados, assim como a proposta de aplicação da metodologia, em que os participantes puderam falar dos lugares de suas experiências cotidianas no território. Neste primeiro momento, a ideia inicial era estabelecer uma rota criada pelos jovens participantes, passando por pontos, lugares que sejam frequentados por eles, assim como os espaços de importância social, histórica e simbólica de acordo com a vivência singular e coletiva de cada um. No entanto, em função do tempo delimitado, poucos recursos e a grande extensão territorial do quilombo, delimitamos a parte central do bairro Liberdade, perpassando pelos pontos: I) praça Viva Liberdade; II) Sede do Mestre Leonardo; III) Produtora Viva Quilombo; IV) Esquina Bob Marley e por fim VI) a Associação dos Remanescentes Quilombolas. Apesar de compreendermos que o território Liberdade está para além desta delimitação de pontos.

No segundo momento, quinze dias depois realizamos o mapeamento coletivo, que consistiu na visitação dos pontos citados acima, contando com a participação de 26 jovens, moradores dos bairros Camboa e Liberdade. Foi instruído que cada participante tivesse em mãos papel e caneta para fazer as anotações e observações que lhes fossem importantes, nesta etapa os jovens fizeram relatos orais e anotações individuais. Além do uso do Google Earth para georreferenciar as localidades.

No terceiro momento, a confecção das cartografias produzidas pelas juventudes[11]. A escolha da modalidade se deu com o uso de um mapa base com informações georreferenciadas dos bairros pertencentes ao território, onde foi orientado que os jovens fizessem a plotagem, ou seja, os desenhos que representassem as práticas cotidianas realizadas pelas juventudes, registrando, portanto, as territorialidades juvenis no quilombo urbano Liberdade. Para esta atividade, dividimos os jovens em equipes, contando com três grupos, cada equipe formada por um conjunto diferente de sujeitos. Os mapas impressos em tamanho A0 contendo as ruas do território foram colocados ao chão onde cada grupo buscou localizar pontos e realizar a interpretação do território a partir dos seus usos. Os materiais utilizados foram: caneta esferográfica, lápis de cor, lápis grafite, canetas coloridas e o mapa base. A seguir temos algumas imagens:

Figura 2: Mapa elaborado por equipe 1.



Fonte: SOUZA, 2023.

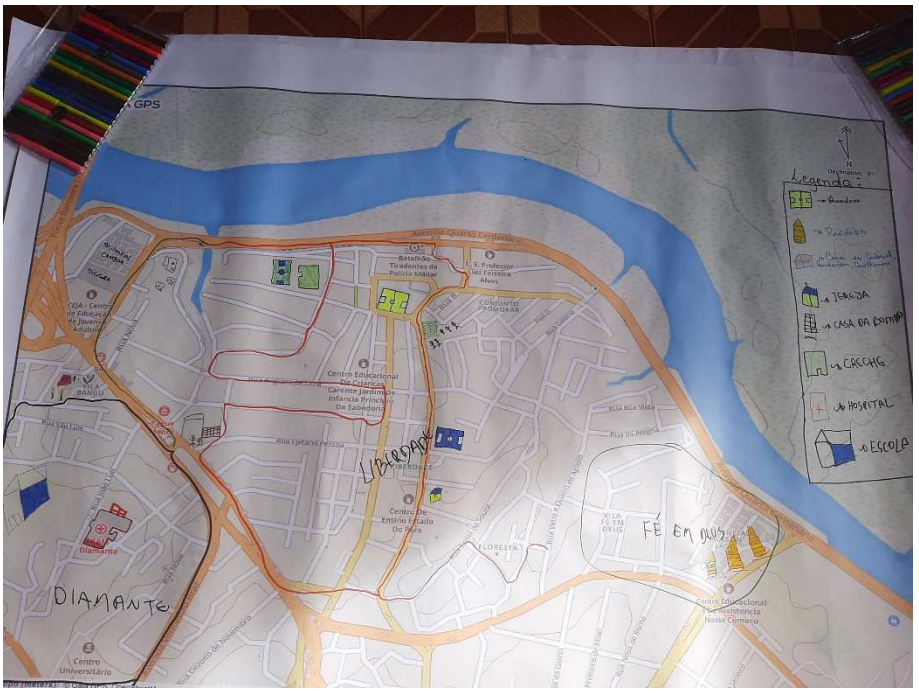
[11] Esta etapa foi realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em parceria com a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO). Na ocasião os estudantes puderam finais do ensino médio e não tinham o conhecimento de como ingressar no ensino superior e até mesmo a ambientação com o espaço acadêmico.

Figura 3: Mapa elaborado por equipe 2.



Fonte: SOUZA, 2023.

Figura 4: Mapa elaborado por equipe 3.



Fonte: SOUZA, 2023.

Podemos perceber com base nos mapas produzidos pelos grupos juvenis as demarcações e os pontos considerados importantes para as juventudes, representando os aspectos da cultura, do lazer, das religiões, tais como: A casa da Bomba, o campo de futebol, a praça Viva Liberdade, o terreiro, a

feira municipal, o Bumba meu Boi, as casas dos amigos, as igrejas, as escolas, a delimitação entre os bairros, as residências entre outros, tal como estão nas figuras (2, 3 e 4) . Cada um desses pontos desenhados são práticas cotidianas que fazem parte das relações estabelecidas pelos jovens em comunidade com seus pares de idade e com outros, tecendo assim múltiplas territorialidades com diferentes sujeitos.

Outrossim, é a sociabilidade juvenil estabelecida nesses espaços e, aqui, demarcarmos uma juventude negra no contexto quilombola e urbano. Enquanto gravavam suas interpretações sobre os mapas, os jovens relataram e conversaram entre si determinados acontecimentos ou práticas que realizaram nas localidades. Em suma, grande parte das práticas culturais relatadas e presentes no território são originárias da cultura popular maranhense, herdada e praticada inicialmente por grupos originários como populações quilombolas, indígenas e populações negras na zona urbana da cidade de São Luís-MA. Cada um dos pontos citados acima carregam a historicidade, a simbologia e a formação do território Liberdade enquanto um território negro.

Ademais, também foram destacados pelos jovens por meio da Cartografia Social a precariedade estrutural de algumas localidades do território. Como o exemplo da praça "Viva Liberdade", nela concentra uma parte histórica que marca a formação do bairro Liberdade sendo composta pelo antigo matadouro municipal, o qual atualmente passa por reformas, mas antes estava abandonado. Na reflexão dos jovens, por um lado, a praça tem sido o local importante para a programação anual na festa de São João, gerando uma dinâmica local na economia e nos grupos culturais presentes no bairro, no entanto, por outro lado ela tem passado pelo abandono por não ter iluminação adequada, brinquedos em bom estado, o que acaba impedindo o bom uso do local.

Outro ponto em destaque passa pelo racismo vivenciado cotidianamente pelos jovens dentro e fora do território da Liberdade. Por ser um bairro que, inicialmente, estava às margens da cidade e composto por populações negras e quilombolas, o território ficou popularmente conhecido como um lugar de alta periculosidade, reduto da violência urbana, marcado por estigmas, além da presença das religiões de matriz africana. No início da construção da cartografia social, alguns jovens relataram ter passado por situações de racismo, abordados e revistados por policiais sem motivo aparente algum, pois estavam jogando bola com os amigos ou fazendo coisas cotidianas, como a ida a escola, sobretudo fora dos bairros. Ao considerarmos a questão étnico-racial por serem jovens negros e a contextualização do território, o racismo passa a ser uma situação conflituosa, trazendo marcas nas construções psicossociais.

Por fim, no terceiro e último momento após a elaboração das cartografias, os jovens socializaram entre si por meio dos mapas que haviam elaborado, explicando a importância do território, sobretudo, nos últimos anos após a certificação e reconhecimento das entidades públicas, enquanto território quilombola.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar o uso da Cartografia Social, enquanto instrumento metodológico participativo no mapeamento de territorialidade negras a partir da percepção de jovens moradores do Quilombo Urbano Liberdade em São Luís - MA. Apesar de se tratar do recorte de uma pesquisa em andamento, buscamos relacionar como as abordagens metodológicas na história do pensamento geográfico têm passado por novos ajustes e adequações, o que perpassa pelo movimento de renovação da Geografia inserindo novos temas ao debate e novas metodologias em evidência.

Neste trabalho, centramos a análise a partir dos marcadores sociais da diferença, tais como, classe, gênero, raça e o fator geracional - com maior ênfase nos dois últimos - lendo-os como elementos importantes na produção do espaço geográfico e, portanto, na construção de temas do pensamento geográfico. Compreendemos, baseado nas leituras no que tange as mudanças de método e metodologia, avanços de uma ciência antes descritiva, mnemônica e quantitativa tendo o pesquisador como mero observador e que analise os fenômenos, para uma ciência que possibilita a participação e interação ativa entre sujeitos, pesquisador e objeto, tal como tem sido feito nas Geografias Negras.

Neste sentido, entendemos a Cartografia Social enquanto ferramenta metodológica que privilegia a participação dos grupos sociais na elaboração de representações espaciais e análise de determinados fenômenos, destacando não apenas o espaço físico em si, mas o conteúdo subjetivo produzido pelos grupos sociais, tal como as territorialidades, os modos de vida e o fazer do cotidiano.

Nesta experiência, partimos de um contexto marcado por processos históricos e sociais. O quilombo urbano Liberdade em São Luís-MA concentra na sua formação territorial os traços étnicos e raciais da população negra e quilombola oriunda da baixada maranhense, sendo considerado atualmente a referência do berço cultural da cidade, reproduzindo no território por diversas gerações uma identidade e cultura negra e quilombola no espaço da cidade. Podemos perceber das cartografias construídas pelas juventudes, a existência e resistência de territorialidades negras no território. Esta territorialidade está na apropriação e usos dos espaços dentro dos bairros para a produção de práticas culturais, trabalho e lazer da população, além do fortalecimento da identidade e do se sentir pertencente ao território.

A representação cartográfica produzida pelas juventudes mostra que apesar de ser um único território, no sentido singular, compondo uma identidade coletiva, também apresenta diferentes territorialidades. Ao fazerem parte de grupos sociais e culturais da Liberdade, os grupos juvenis mostram-se como produtores do território, sendo, portanto, sujeitos sociais ativos no espaço-sociedade (CASSAB, 2016), contribuindo para as transformações cotidianas do território e a permanência da identidade e cultura negra e quilombola.

O uso da Cartografia Social para a realização da pesquisa com os grupos juvenis apresentou-se de modo satisfatório, todos puderam participar e apresentar suas vivências e percepções acerca do

território. Além de colocar em prática o protagonismo juvenil no sentido de estarem à frente da atividade proposta, caracterizando os significados e sentidos do que território em que vivem, no qual tecem suas redes de sociabilidades e fortalecem a identidade territorial.

Quanto ao uso do mapa-base para a produção cartográfica, podemos frisar o auxílio na digitalização do mapa convencional, direcionando para os pontos georreferenciados, o que nos garante uma precisão geográfica e assertiva dos fenômenos. Por outro lado, esta precisão interferiu na leitura e interpretação cartesiana que os jovens têm em relação ao território. Um dos exemplos é a expansão e a divisão dos bairros e até mesmo os nomes de algumas ruas, os quais em termos oficiais têm um nome diferente daquele adotado cotidianamente pela comunidade.

Referências:

ABROMO. H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 .

ACSELRAD. H. Mapeamentos, identidade e territórios. 33º Encontro Anual da Anpocs. 2009.

ACSERALD. H. Mapeamentos, identidade e territórios. In: Cartografia social e dinâmicas territoriais: Marcos para o debate. ACSERALD. H. (Org). Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ACSERALD. H. Viégas R. N. [et al.]. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD. H. (Org). Viégas R. N. [et al.]. Cartografia social: Terra e território. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2013.

ALMEIDA, A.W.B.D. Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANJOS, Rafael Sânzio. Cartografia da diáspora África- Brasil. Revista da ANPEGE, v. 7, n.1, número especial. 2011.

ANJOS. R.S.A. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: Diversidade, espaço, e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil. Org. Renato Emerson dos Santos. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

BORDA. F.O Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência. in: Repensando a pesquisa participante. BRANDÃO. C.R (Org.). Editora Brasiliense. São Paulo. 1990.

BRANDÃO, C.R; STRECK. D. R. A pesquisa participante e a partilha do saber: Uma introdução. In: Pesquisa participante o saber da partilha. (Org.) BRANDÃO, C.R; STRECK. D. R. Aparecida. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BRANDÃO. C. R. Pesquisar-participar. Repensando a pesquisa participante. BRANDÃO. C.R (Org.). Editora Brasiliense. São Paulo. 1999.0

CASSAB, C. Os jovens e suas mediações espaço temporal: A cidade e os projetos de vida. In: O jovens e suas espacialidades. (Org) ASSIS PAUA, F.M; CAVALCANTI, L. S; PIRES.L.M. Goiânia. Editora: Espaço Acadêmico. 2016.

CAMPOS. A. Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Bertrand. Brasil. 2005.

CIRQUEIRA. D. M., Entre o corpo e a teoria: A questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-ambientais, 2010.

DA SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. Scientia Plena, [S. l.], v. 12, n. 6, 2016.

FREITAS, D. Escravismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GARCIA. A. S. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade de D' Oxum e Rio de Janeiro cidade de Ogum. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

GOMES. F. S. Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil. 1 ed. Claro Enigma. São Paulo, 2015.MOURA, C. Quilombos: Resistência ao escravismo. 2° ed. Editora Ática. 1986.CAMPO,2005.

GONÇALVES. C.W.P. A Geografia está em crise: Viva a Geografia. Boletim Paulista de Geografia. 1978.

GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras & Geografias negras. Revista da ABPN. v. 12- Caderno Temático Geografias Negras. 2020.

HAESBAERT. R. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha"no Nordeste. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.

HAESBAERT. R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. 2011.

Inventário de Referenciais Culturais Quilombo Urbano Liberdade. Disponível em: https://ircquilomboliberdade.org/ . Acesso em: 02 de abril de 2024.

MARCELINO. J. Por uma Geografia decolonial: As dimensões epistêmicas da raça e do racismo no pensamento geográfico. Anais. X COPENE. Congresso brasileiro de pesquisadores negros. 2018.

MARCELINO.J. Por uma Geografia Decolonial – as dimensões epistêmicas da raça e do racismo no pensamento geográfico. X Congresso Brasileiro de Geografia (COPENE) (Re) Existência intelectual negra e ancestral. 2018.

MORAES, A.C.R. Geografia uma pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

MOUTINHO. L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Caderno PAGU. Dossiê antropologia, gênero e sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas. 2014.

OLIVEIRA, R. C. D. O Estado da arte das questões étnico-raciais na geografia: um debate introdutório a partir da produção acadêmica na pós-graduação brasileira. Anais. XII Semana de Geografia da Unicamp: Por uma geografia afrocentrada. UNICAMP. Campinas, 2019.

OLIVEIRA, V. H. N. Geografias das juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. Revistas Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Geografia (UFGS). 2023.

QUIJANO, A. O que é essa tal de raça. In: Diversidade, espaço e relações étinico-raciais: O negro na Geografia Brasileira. (Org.) Renato Emerson dos Santos. Belo Horizonte. Autêntica. 2007.

RATTS. A. Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo. Instituto Kuanza, 2006.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato E. dos. (Org). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil. 2ª edi. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007.

SANTOS, R.E. Educação popular e juventude negra: um estudo da práxis político-pedagógica do movimento hip-hop em São Luís do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2015.

SANTOS. M. As cidadanias mutiladas. In: O preconceito. (Org.) Vários autores. Júlio Lender. Editor. São Paulo, 1996, 1997.

SANTOS. R.E. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: In: Diversidade, espaço e relações étinico-raciais: O negro na Geografia Brasileira. (Org.) Renato Emerson dos Santos. Belo Horizonte. Autêntica. 2007.

SAQUET. M.A Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma compreensão multidimensional voltada à cooperação e o desenvolvimento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET. M.A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET. MA. Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos. Expressão Popular, 2014.

SEEMANN, J. Mapas, mapeamento e a cartografia da realidade. Geografares, Vitória, n°4, 2003.

Silva, C. N., & Verbicaro, C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. Scientia Plena. 2016.

SILVA, J.B.V. Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão. Dissertação de mestrado, Universidade de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. 2016.

SUERTEGARAY, M. D. A. Notas sobre epistemologia da Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. 1. Florianópolis. Impressa Universitária, 1999.

VIEIRA. D. M. TERRITÓRIOS NEGROS, EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGS). Porto Alegre. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Samara do Nascimento Souza - Graduada em Licenciatura em Geografia pela (UFPA).Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO-UFMA). É integrante do Grupo de Estudo Território e Trabalho (GPTTRA/UFMA).

E-mail: samaracazemiro999@gmail.com

Sávio José Dias Rodrigues - Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).Atualmente é professor da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros; Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Maranhão e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (PPGAFRO).

E-mail: savio.jose@ufma.br

Júlia Letícia Pereira Ferreira - Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO/UFMA).

E-mail: julialpferreira@gmail.com

Vitor Raffael Oliveira de Carvalho - Geógrafo pela Universidade Federal do Maranhão e mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPGGEO-UFMA).

E-mail: vitoraffael.ma@gmail.com

Data de submissão: 3 de agosto de 2024

Aceito para publicação: 30 de setembro de 2024

Data de publicação: 18 de outubro de 2024